

## **Intervenção do Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, na Comissão de Orçamento e Finanças, Agricultura e Mar**

**Assembleia da República, 3 novembro 2020**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Orçamento do Estado de 2021 é um orçamento de alargado compromisso social, que pretende mitigar as dificuldades geradas por esta crise pandémica.

É um orçamento que visa combater os efeitos da pandemia, proteger as pessoas e apoiar a economia e o emprego.

Para Portugal, neste momento de dificuldades que o país atravessa, é ainda mais importante fomentarmos a economia azul sustentável, no quadro de um oceano saudável e baseada no conhecimento científico, criando as condições para termos um país resiliente.

Queremos afirmar Portugal como padrão na governação do oceano pelas melhores práticas.

Para que o Valor Acrescentado Bruto da economia do mar seja reforçado e ampliado, as atividades da pesca, da aquicultura e das indústrias de transformação devem continuar a ser apoiadas, assegurando o seu indispensável contributo para a nossa balança alimentar, para o reforço do emprego e da coesão territorial das nossas comunidades ribeirinhas.

As instalações portuárias e a logística, as infraestruturas e obras marítimas, a construção e reparação naval, o transporte marítimo de carga e de passageiros, a defesa, proteção e controlo das áreas marítimas, a segurança de pessoas e de bens, a vigilância marítima, são também áreas importantes para o emprego e a coesão territorial visando a nossa afirmação como país de referência na governação do oceano.

Também as atividades emergentes, como as energias renováveis do oceano, a biotecnologia azul, a engenharia oceânica, representam oportunidades para a promoção da economia que não podem ser descuradas.

As linhas programáticas do Governo estão presentes no Orçamento do Ministério do Mar que aqui vos apresento, dando assim continuidade às numerosas medidas tomadas em 2020 para mitigar os problemas gerados pela pandemia – apoiando os pescadores e os vários segmentos da frota, os aquicultores, a nossa indústria transformadora de pescado e, em simultâneo, continuando a promover os setores emergentes da economia azul.

Quero aqui reconhecer publicamente o empenho de todos os agentes da fileira do pescado e os seus trabalhadores, que de forma resiliente mantiveram a sua atividade, assegurando o normal abastecimento da população durante os momentos mais difíceis.

Em momento algum, durante todo o ano de 2020, houve uma quebra no abastecimento de pescado aos mercados, a atividade manteve-se, sem qualquer interrupção, e foi garantido que o pescado e os produtos da sua fileira chegaram às cadeias de distribuição.

2020 foi de facto um desafio a todos os níveis, mas chegamos a esta data com alguns números animadores, de que destaco, a título meramente exemplificativo:

- Em 2020 temos um preço médio por quilo de pescado vendido em lota de cerca 10% superior ao registado em 2019, o que significa que o pescado tem sido mais valorizado diretamente na produção;
- Temos uma taxa de compromisso do Programa Operacional MAR2020, à data de 30 de setembro, de 88%, e uma taxa de execução de que atinge 40%;
- O setor respondeu de forma eficiente aos mecanismos apresentados pelo Governo para combater a crise, tendo utilizado integralmente a linha de crédito de 20 milhões de euros, com juros bonificados, dirigida aos operadores do setor da pesca.

Acreditamos na capacidade da economia do mar em recuperar e contribuir para a retoma da economia nacional, mantendo a trajetória de crescimento que apresentava antes da crise.

O próximo ano de 2021 é um ano de início de um novo ciclo, com inúmeros, mas interessantes, desafios para a área governativa do Mar.

Desde logo a Presidência Portuguesa da União Europeia, momento muito importante para Portugal e para o Ministério do Mar, em que temos várias prioridades, como:

- A negociação do novo Acordo de Parceria e Quadro Financeiro Plurianual;
- A aprovação do novo Regulamento do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP);
- A discussão do Regulamento de Controlo da Política Comum das Pescas;
- A apresentação da comunicação da Comissão sobre as Oportunidades de Pesca;
- A Conferência sobre Política Marítima Integrada.

Outro aspeto relevante está relacionado com o Brexit e os Totais Admissíveis de Captura (TAC) e Quotas partilhados entre os Estados-Membros, habitualmente fixadas no Conselho Europeu de dezembro, que, a verificar-se a inexistência de acordo com o Reino Unido, poderá transitar da Presidência Alemã para a Presidência Portuguesa. É um dossier que estamos a acompanhar com a máxima atenção.

Será também em 2021 que se dará início à execução da nova Estratégia Nacional para o Mar, cujo período de discussão pública decorre em outubro e novembro.

Esta Estratégia, está alinhada com os objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento Sustentável, nomeadamente com o seu Objetivo 14 e as orientações e medidas do Pacto Ecológico Europeu.

Por outro lado, o Plano de Recuperação e Resiliência definiu um triângulo temático virado para o futuro: reforçar a resiliência, acelerar a transição climática e a transição digital. A economia do mar terá de dar respostas estruturadas a estes desafios, contribuindo para o seu sucesso.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

As prioridades do Governo para o Mar que hoje debatemos na especialidade e assentam nos seguintes vetores:

- i. Garantir a Soberania, Cooperação e Governação;
- ii. Promover o Conhecimento e a Investigação;
- iii. Promover uma Economia Azul Sustentável;
- iv. Promover a desmaterialização e simplificação dos processos da Administração.

Das ações concretas que iremos implementar saliento:

No vetor Garantir a Soberania, Cooperação e Governação:

- Cumprir os compromissos e participar nos trabalhos e atividades decorrentes da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia;
- Coorganizar com o Quênia a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas 2021;
- Organizar a Conferência anual e Ministerial da OSPAR (Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste);
- Coorganizar com o grupo “The Economist” a Conferência World Ocean Summit (em março de 2021, em Lisboa);
- Iniciar a implementação da Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030;

- Prosseguir os trabalhos com a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU para a concretização da extensão da plataforma continental portuguesa;
- Realizar as atividades de Comemoração do V Centenário da Circumnavegação comandada pelo português Fernão de Magalhães (2019-2022);
- Dinamizar o programa Escola Azul, e a sua internacionalização, como exemplo de boas práticas no âmbito da promoção da literacia do oceano;
- Reforçar e maximizar mecanismos de cogestão dos mananciais de pesca, envolvendo as organizações de produtores na gestão sustentável de cada manancial, promovendo uma governação descentralizada envolvendo os diferentes interessados e facilitadores.

Quanto a Promover o Conhecimento e a Investigação, iremos:

- Iniciar a instalação do Observatório do Atlântico, cuja assinatura do contrato está programada para em 13 de novembro, em coordenação com o AIR Centre;
- Promover a cooperação entre as Associações e Organizações de Produtores e os organismos científicos para estabelecer parcerias com vista a campanhas conjuntas para melhorar os dados existentes sobre os mananciais de pescado;
- Consolidar a iniciativa nacional para a cartografia dos fundos marinhos e identificação dos recursos marinhos (vivos e não vivos);
- Promover o desenvolvimento de um banco de dados da distribuição geográfica de atividades no oceano;
- Promover a instalação do Gabinete Nacional para a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito da Economia Azul sustentável, pretende-se:

- Aprofundar o relacionamento com a indústria, as universidades e os centros de investigação para reforçar os *clusters* empresariais da Economia do Mar;
- Dar continuidade à execução do programa operacional MAR2020, nomeadamente no contexto da competitividade, com base na inovação e no conhecimento; sustentabilidade económica, social e ambiental dos setores da pesca e aquicultura;
- Dar continuidade à execução do Programa Crescimento Azul EEA Grants 2014-2021;
- Garantir as condições de proteção marítima e de segurança estrutural dos quebra-mar nas barras de acesso aos portos de pesca nacionais, implementando para o efeito um plano de monitorização das infraestruturas marítimas e prosseguindo a execução do plano plurianual de dragagens;
- Fomentar a reestruturação e modernização da frota de pesca, adequando-a às oportunidades de pesca e aos requisitos de segurança a bordo, melhorando a competitividade da frota, as condições de trabalho a bordo, e aumentando a atratividade do setor;
- Dar continuidade à Implementação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, assegurando a preservação dos valores ambientais no mar e a proteção dos ecossistemas marinhos sensíveis, bem como da orla costeira;
- Promover o desenvolvimento de novas concessões de aquicultura nas áreas de expansão previstas no novo Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional e no novo Plano para a Aquicultura em Águas de Transição;
- Reforçar a utilização de artes de pesca seletivas e biodegradáveis;
- Criar um regime de apoio à desistência voluntária da utilização de artes de pesca menos seletivas e mais lesivas do ambiente marinho;
- Proceder à instalação de contentores de recolha de redes e material de pesca para reciclagem em todos os portos;
- Promover a biotecnologia azul sustentável e biorefinarias azuis;

- Implementar novas linhas baseadas em parcerias estratégicas com fontes públicas e privadas assentes no Fundo Azul, nomeadamente as decorrentes da assinatura do protocolo “Portugal Blue” entre o Fundo Azul e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, que resultará na captação de 25M Euros do “Blueinvest Fund” do FEI para Portugal.

Quanto à desmaterialização e simplificação dos processos, prevemos:

- Dar continuidade à transformação digital do mar, através da utilização do balcão Eletrónico do Mar (BMar) e Sistema Nacional de Embarcações Marítimas;
- Promover o atendimento presencial e de proximidade, através da instalação de terminais de acesso ao BMar nos órgãos centrais e locais competentes;
- Desmaterializar os diários de bordo nos navios que arvoram a bandeira portuguesa e alargar a implementação e uso do novo Diário de Pesca Eletrónico (DPE+) à frota nacional à qual é aplicável, através de instalação de equipamentos Vessel Monitoring System (VMS).
- Desenvolver uma nova metodologia de licenciamento da pesca desmaterializada, com introdução do novo Documento Único de Pesca (DUP).

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

As linhas de ação e medidas que acabei de enunciar são algumas das que se encontram inscritas no Orçamento do Estado 2021, em vários programas orçamentais.

Para 2021, o Ministério do Mar, tem no seu Programa Orçamental uma dotação de 128,3 M€, ao que acrescem 91,0 M€ de Medidas Mar, que se encontram no Programa Orçamental PO20 - comum com o da Agricultura, totalizando assim 219,3 M€ de dotação afeta a esta área governativa.

Face a 2020, há um acréscimo de 10,9 M€, ou seja de 5,2%.

Para além dos projetos já iniciados, dos quais saliento:

- O EEA GRANTS - Programme Operator - Financiamento de Projetos 2014-2021 e Gestão do Programa 2014-2021 que totalizam 6,6 M€;
- As Dragagens e Intervenções de Emergência nos Portos do Norte, Centro e Sul-DGRM, com 5,5 M€;
- O Controlo e Inspeção no âmbito das Atividades da Política Comum das Pescas, com 3,9 M€;
- O Conservação e Reparação de Navios, com 2,4 M€, dedicada essencialmente no navio de investigação Mário Ruivo, que aproveito aqui para anunciar publicamente que irá para o mar a 17 de novembro, fechando um ciclo iniciado pelos meus antecessores que aproveito para felicitar;

Iniciam-se em 2021 três novos projetos a saber, num total de 3,0 M€:

- O Pólo Tecnológico de Algés – Oeiras;
- A Atualização e Reforço do Equipamento de Observação da RAM;
- E a Implementação de um Sistema de Gestão Documental (Emardoc).

Refiro ainda a dotação de ativos financeiros no valor de 10 M€ que se encontra inscrita no orçamento do Fundo Azul e que se destina a apoios a conceder aos promotores para o financiamento de projetos de desenvolvimento da economia do mar, da investigação científica e tecnológica, de monitorização e proteção do ambiente e de segurança marítima.

Da apresentação que acabei de fazer é possível confirmar que o XXII Governo Constitucional continua a apostar no Mar e a considerá-lo um ativo estratégico nacional importante.



Muito obrigado.